

## Alerta Legislação nº 28, de 8 a 13 jul. 2019

### Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

Visite nosso endereço na Internet e conheça outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

## DESTAQUES

### Governo Federal

#### **LEI Nº 13.855, DE 8 DE JULHO DE 2019**

Altera a [Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997](#), que "Institui o Código de Trânsito Brasileiro", para dispor sobre transporte escolar e transporte remunerado não licenciado.

#### **LEI Nº 13.853, DE 8 DE JULHO DE 2019**

Altera a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências.

#### **DECRETO Nº 9.903, DE 8 DE JULHO DE 2019**

Altera o [Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016](#), que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal, para dispor sobre a gestão e os direitos de uso de dados abertos.

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
12/07/2019	<b><u>DECRETO Nº 9.913, DE 11 DE JULHO DE 2019</u></b> Altera o <a href="#">Decreto nº 7.469, de 4 de maio de 2011</a> , que regulamenta a <a href="#">Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998</a> , para dispor sobre o Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.
Edição Extra 11/07/2019	<b><u>LEI Nº 13.858, DE 11 DE JULHO DE 2019</u></b> Altera o Anexo V à <a href="#">Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019</a> , que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019.  <b><u>LEI Nº 13.857, DE 11 DE JULHO DE 2019</u></b> Altera a <a href="#">Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018</a> , que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e

	dá outras providências".
<b>11/07/2019</b>	<p><b><u>DECRETO Nº 9.912, DE 10 DE JULHO DE 2019</u></b> Regulamenta a <a href="#">Lei Complementar nº 134, de 14 de janeiro de 2010</a>, que dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 9.911, DE 10 DE JULHO DE 2019</u></b> Reconhece como de interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira no capital social do Banco Intercap S.A. e, indiretamente, no capital social de sua controlada Distribuidora Intercap de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 9.910, DE 10 DE JULHO DE 2019</u></b> Altera o <a href="#">Decreto nº 9.305, de 13 de março de 2018</a>, que dispõe sobre a composição e as competências do Conselho de Participação do Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies e trata da integralização de cotas do Fundo Garantidor do Fies pela União</p> <p><b><u>DECRETO Nº 9.909, DE 10 DE JULHO DE 2019</u></b> Autoriza o aumento do capital social da Telecomunicações Brasileiras S.A.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 9.908, DE 10 DE JULHO DE 2019</u></b> Altera o <a href="#">Decreto nº 4.877, de 13 de novembro de 2003</a>, para permitir a designação de Diretor-Geral <i>pro tempore</i> de Centro Federal de Educação Tecnológica, de Escola Técnica Federal e de Escola Agrotécnica Federal, na hipótese de vacância do cargo.</p>
<b>10/07/2019</b>	<p><b><u>DECRETO Nº 9.905, DE 8 DE JULHO DE 2019 (REPUBLICADO)</u></b> Regulamenta o art. 3º da <a href="#">Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016</a>, que autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural.</p>
<b>09/07/2019</b> <b>Edição Extra</b>	<p><b><u>DECRETO Nº 9.906, DE 9 DE JULHO DE 2019</u></b> Institui o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, o Conselho do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, o Prêmio Nacional de Incentivo ao Voluntariado e o Selo de Acreditação do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado.</p>
<b>09/07/2019</b>	<p><b><u>LEI Nº 13.856, DE 8 DE JULHO DE 2019</u></b> Cria a Universidade Federal do Norte do Tocantins, por desmembramento de campus da Fundação Universidade Federal do Tocantins.</p> <p><b><u>LEI Nº 13.855, DE 8 DE JULHO DE 2019</u></b> Altera a <a href="#">Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997</a>, que "Institui o Código de Trânsito Brasileiro", para dispor sobre transporte escolar e transporte remunerado não licenciado.</p> <p><b><u>LEI Nº 13.854, DE 8 DE JULHO DE 2019</u></b> Institui a Política Nacional de Incentivo à Ovinocaprinocultura.</p>

	<p><b><u>LEI Nº 13.853, DE 8 DE JULHO DE 2019</u></b> Altera a <a href="#">Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018</a>, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 9.904, DE 8 DE JULHO DE 2019</u></b> Altera o <a href="#">Decreto nº 6.761, de 5 de fevereiro de 2009</a>, que dispõe sobre a aplicação da redução a zero da alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 9.903, DE 8 DE JULHO DE 2019</u></b> Altera o <a href="#">Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016</a>, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal, para dispor sobre a gestão e os direitos de uso de dados abertos.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 9.902, DE 8 DE JULHO DE 2019</u></b> Altera o Anexo ao <a href="#">Decreto nº 6.871, de 4 de junho de 2009</a>, que regulamenta a <a href="#">Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994</a>, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 9.901, DE 8 DE JULHO DE 2019</u></b> Altera o <a href="#">Decreto nº 9.203, de 22 novembro de 2017</a>, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 9.900, DE 8 DE JULHO DE 2019</u></b> Promulga o Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, firmado em Brasília, em 15 de outubro de 2013.</p>
<p><b>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</b></p>	<p><b>MARGINÁLIA FEDERAL</b></p>
<p><b>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</b></p>	<p><b>GABINETE DA MINISTRA (GM)</b> <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 22, DE 9 DE JULHO DE 2019</u></b> Reconhece o padrão de identidade e qualidade da bebida mexicana tequila segundo as normas oficiais dos Estados Unidos do México.</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21, DE 5 DE JULHO DE 2019</u></b> (...) <b>Art. 1º</b> Fica incorporada ao ordenamento jurídico nacional a "Modificação dos Requisitos Zoossanitários dos Estados Partes para a importação de Embriões Equinos (Modificação da Resolução GMC Nº 42/07)", aprovada pela Resolução GMC - MERCOSUL Nº 43/18, na forma do Anexo a esta Instrução Normativa. (...)</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 20, DE 5 DE JULHO DE 2019</u></b> (...) <b>Art. 1º</b> Fica incorporada ao ordenamento jurídico nacional a "Modificação dos Requisitos Zoossanitários dos Estados Partes para a importação de Sêmen Bovino e Bupalino Congelado (Modificação da Resolução GMC Nº 49/14)", aprovada pela Resolução GMC -</p>

	<p>MERCOSUL Nº 42/18, na forma do Anexo a esta Instrução Normativa. (...)</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 5 DE JULHO DE 2019</u></b> (...)</p> <p><b>Art. 1º</b> Ficam incorporados ao ordenamento jurídico nacional os "Requisitos Zoossanitários dos Estados Partes para a Importação de Bovinos e Bubalinos para Abate Imediato" aprovados pela Resolução GMC - MERCOSUL Nº 40/18, na forma do anexo a esta Instrução Normativa. (...)</p>
<p><b>Ministério da Economia</b></p>	<p><b>SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL</b> <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.899, DE 10 DE JULHO DE 2019</u></b> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.888, de 3 de maio de 2019, que institui e disciplina a obrigatoriedade de prestação de informações relativas às operações realizadas com criptoativos à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).</p> <p><b>SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL</b> → <b>Secretaria de Governo Digital</b> <b><u>PORTARIA Nº 39, DE 9 DE JULHO DE 2019</u></b> Dispõe sobre procedimentos para a unificação dos canais digitais e define regras para o procedimento de registro de endereços de sítios eletrônicos na internet e de aplicativos móveis do Governo Federal.</p> <p><b>SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE</b> <b><u>PORTARIA Nº 172, DE 10 DE JULHO DE 2019</u></b> Habilitação ao Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística.</p> <p><b>SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA</b> → <b>Conselho Nacional de Política Fazendária</b> <b><u>ATO COTEPE/MVA Nº 13, DE 10 DE JULHO DE 2019</u></b> Altera as Tabelas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV anexas ao ATO COTEPE/ICMS 42/13, que divulga as margens de valor agregado a que se refere à cláusula oitava do Convênio ICMS 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, e com outros produtos. <i>Notas Explicativas:</i> a) * valores alterados de PMPF; e b) ** valores alterados de PMPF que apresentam redução.</p> <p><b>CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR</b> <b><u>RESOLUÇÃO Nº 834, DE 9 DE JULHO DE 2019</u></b> Estabelece o Calendário de Pagamento do Abono Salarial - exercício de 2019/2020.</p>
<p><b>Ministério da Educação</b></p>	<p><b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SEB)</b> <b><u>PORTARIA Nº 23, DE 8 DE JULHO DE 2019</u></b> Divulga o resultado preliminar do Edital 01/2018 - CGPLI - Programa Nacional do Livro e do Material didático PNLD 2020 - Anos Finais do Ensino Fundamental das obras didáticas dos componentes Língua</p>

	<p>Inglesa e Projetos Integradores.</p>
<p><b>Ministério da Justiça e Segurança Pública</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 631, DE 6 DE JULHO DE 2019</u></b>  Dispõe sobre os critérios de rateio dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública aos Estados e ao Distrito Federal.</p>
<p><b>Ministério do Meio Ambiente</b></p>	<p><b>INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA</b>  <b><u>PORTARIA Nº 2.433, DE 3 DE JULHO DE 2019</u></b>  Institui o Programa de Integridade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019</u></b>  (...)  <b>Art. 1º</b> Estabelecer os procedimentos administrativos no âmbito do Ibama para a delegação de licenciamento ambiental de competência federal para Órgão Estadual de Meio Ambiente - OEMA ou Órgão Municipal de Meio Ambiente - OMMA.  (...)  (*) Republicada por ter saído com incorreção no DOU, Nº 75 Seção 1, de 18-04-2019, página 67, com incorreção no original.</p>
<p><b>Ministério de Minas e Energia</b></p>	<p><b>AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP</b>  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 795, DE 5 DE JULHO DE 2019</u></b>  Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de dados de preços relativos à comercialização de derivados de petróleo e biocombustíveis por produtores, importadores e distribuidores e dá outras providências.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 794, DE 5 DE JULHO DE 2019</u></b>  Dispõe sobre a publicidade de informações relativas à comercialização de gás natural e medidas de aumento da concorrência na indústria do gás natural.</p>
<p><b>Ministério da Saúde</b></p>	<p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)</b>  → Quarta Diretoria  → Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária  <b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.831, DE 9 DE JULHO DE 2019</u></b>  (...)  <b>Art. 1º</b> Determinar, como medida de interesse sanitário, a interdição dos lotes 220112218C (fabr. 11/2018, val. 04/2021), 220112618C (val. 05/2021) e 220111618A (fabr. 11/2018, val. 04/2021) da vacina conjugada adsorvida difteria, tétano, Pertussis (célula inteira), hepatite B rDNA e Haemophilus tipo b, fabricado pela empresa Biologicals E. Limited, localizada no Plot nº1, S.P Biotech Park, Phase II, Kolthur Village, Shameerpet Mandal, R.R District A.P 500 078, Índia.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.826, DE 5 DE JULHO DE 2019</u></b>  (...)  <b>Art. 1º</b> Adotar a(s) medida(s) cautelar(es) constante(s) no ANEXO.  (...)</p>

	<p><b>SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE (SAES)</b>  <b><u>PORTARIA CONJUNTA Nº 7, DE 3 DE JULHO DE 2019</u></b>  Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Esclerose Múltipla.</p> <p><b><u>PORTARIA CONJUNTA Nº 6, DE 2 DE JULHO DE 2019</u></b>  Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Síndrome de Ovários Policísticos.</p>
<b>Publicação DOE-SP</b>	<b>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</b>
<b>PUBLICAÇÃO DOE</b>	<b>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</b>
<b>13/07/2019</b>	<p><b>MENSAGENS DE VETO</b>  <b><u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 741, DE 2013</u></b>  São Paulo, 12 de julho de 2019  <b><u>A-Nº 077/2019</u></b>  (...) De iniciativa parlamentar, a proposição dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização de cardápios em braile e em fonte ampliada nos bares, lanchonetes, motéis, restaurantes e estabelecimentos afins, com o intuito de facilitar a consulta de pessoas com deficiência visual.  (...)</p> <p><b><u>VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 631, DE 2018</u></b>  São Paulo, 12 de julho de 2019  <b><u>A-Nº 078/2019</u></b>  (...) A propositura, de iniciativa parlamentar, proíbe o “fornecimento de canudos de material plástico em hotéis, restaurantes, bares, padarias, clubes noturnos, salões de dança e eventos musicais de qualquer espécie, entre outros estabelecimentos comerciais”, devendo ser substituídos por “canudos de papel reciclável, material comestível ou biodegradável”.  (...)</p> <p><b><u>LEI Nº 17.110, DE 12 DE JULHO DE 2019</u></b>  (Projeto de lei nº 631, de 2018, do Deputado Rogério Nogueira – DEM)  Proíbe o fornecimento de canudos confeccionados em material plástico no Estado e dá outras providências</p>
<b>12/07/2019</b>	<p><b>VETO TOTAL A PROJETO DE LEI</b>  <b><u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 548, DE 2016</u></b>  São Paulo, 11 de julho de 2019  <b><u>A-Nº 076/2019</u></b>  (...) De origem parlamentar, a propositura autoriza o Poder Executivo a disponibilizar um profissional de Educação Física em locais públicos que abriguem equipamentos de ginástica e sejam frequentados por, ao menos, 200 (duzentos) usuários por dia (artigo 1º).  (...)</p>

	<p><b>VETO TOTAL AO <a href="#">PROJETO DE LEI Nº 1113, DE 2015</a></b>  São Paulo, 11 de julho de 2019  <b><a href="#">A-Nº 075/2019</a></b>  (...) De iniciativa parlamentar, a medida objetiva autorizar o Poder Executivo a conceder isenção integral do pagamento de tarifa aos portadores de doenças crônicas ou degenerativas nela especificadas, que necessitem de tratamento continuado e cuja interrupção possa acarretar agravamento de seu estado de saúde, nos meios de transporte coletivo metropolitano e intermunicipal.  (...)</p>
<p><b>11/07/2019</b></p>	<p><b>VETO TOTAL A PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR</b>  <b>VETO TOTAL AO <a href="#">PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 40, DE 2019</a></b>  São Paulo, 10 de julho de 2019  <b><a href="#">A-Nº 074/2019</a></b>  (...) De iniciativa parlamentar, a proposição altera a redação do artigo 9º, § 2º, da <a href="#">Lei nº 452, de 2 de outubro de 1974</a>, para garantir aos dependentes do policial militar falecido a percepção de benefício previdenciário cautelar, equivalente ao valor do seu último salário, no período compreendido entre a data do óbito e o deferimento da pensão por morte pela São Paulo Previdência – SPPREV, unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Militar (RPPM).  (...)</p> <p><b>VETO TOTAL A PROJETO DE LEI</b>  <b>VETO TOTAL AO <a href="#">PROJETO DE LEI Nº 325, DE 2019</a></b>  São Paulo, 10 de julho de 2019  <b><a href="#">A-Nº 073/2019</a></b>  (...) De iniciativa parlamentar, a propositura determina “a veiculação do número 180, da Central de Atendimento à Mulher, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em locais públicos e privados e em táxis e veículos que atendem o transporte público e o transporte por aplicativos no âmbito do Estado” (artigo 1º), indica os locais privados e públicos destinatários da norma (artigos 2º e 3º), disciplina a forma de realização da divulgação imposta (parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 1º e artigos 4º e 5º), as sanções administrativas decorrentes da inobservância da lei (artigo 6º) e atribui competência administrativa à Secretaria da Justiça e Cidadania (parágrafo único do artigo 6º)  (...)</p> <p><b>VETO TOTAL AO <a href="#">PROJETO DE LEI Nº 595, DE 2018</a></b>  São Paulo, 10 de julho de 2019  <b><a href="#">A-Nº 072/2019</a></b>  (...) A propositura, de iniciativa parlamentar, objetiva atribuir a denominação de “José Candido Macedo Filho – Prefeito Macedo” ao Conjunto Habitacional Jacupiranga E, localizado no referido Município.  (...)</p> <p><b>VETO TOTAL AO <a href="#">PROJETO DE LEI Nº 1363, DE 2015</a></b>  São Paulo, 10 de julho de 2019</p>

	<p><b><u>A-Nº 071/2019</u></b>          (...)          De iniciativa parlamentar, a propositura tem por finalidade dispor sobre a autorização, comercialização, propaganda e consumo de bebida alcoólica em eventos esportivos nos estádios de futebol e arenas esportivas localizados no Estado de São Paulo (artigo 1º, "caput").          (...)          <b><u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1272, DE 2015</u></b>          São Paulo, 10 de julho de 2019          <b><u>A-Nº 070/2019</u></b>          (...)          De iniciativa parlamentar, a medida objetiva atribuir a denominação "Cantor Jair Rodrigues" ao Posto de Serviço do Poupatempo – Centrais de Atendimento ao Cidadão de Cotia.          (...)         </p>
<b>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</b>	<b>MARGINÁLIA ESTADUAL</b>
<b>Agricultura e Abastecimento (SAA)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SIMA/SAA 2, DE 10-07-2019</u></b>          Dispõe sobre a instituição de Grupo de Trabalho para analisar e acompanhar a mortandade de peixes no trecho inferior do Rio Tietê</p>
<b>Saúde (SS)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SS - 57, DE 12-7-2019</u></b>          Autoriza a inclusão, nas Atas de Registro de Preços da Secretaria da Saúde, da Universidade Estadual de Campinas, e dá providências correlatas.</p>
<b>Publicação DOE Legislativo</b>	<b>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</b>
<b>08/07/2019 a 13/07/2019</b>	<i>Não houve</i>
<b>Publicação DO - Cidade</b>	<b>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</b>
<b>13/07/2019</b>	<p><b><u>LEI Nº 17.131, DE 12 DE JULHO DE 2019</u></b>          (PROJETO DE LEI Nº 705/17, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO)          Altera o art. 9º da <a href="#">Lei nº 16.703, de 4 de outubro de 2017</a>, que disciplina as concessões e permissões de serviços, obras e bens públicos que serão realizadas no âmbito do Plano Municipal de Desestatização – PMD.</p>

<b>12/07/2019</b>	<b><u>DECRETO Nº 58.848, DE 11 DE JULHO DE 2019</u></b> Confere nova redação ao "caput" do artigo 13 do <a href="#">Decreto nº 51.415, de 16 de abril de 2010</a> , que, nos termos da <a href="#">Lei nº 15.056, de 8 de dezembro de 2009</a> , dispôs sobre a cisão da Empresa Municipal de Urbanização – EMURB, bem como aprovou os contratos sociais das empresas públicas São Paulo Urbanismo – SP-Urbanismo e São Paulo Obras – SP-Obras.
<b>11/07/2019</b>	<b><u>DECRETO Nº 58.845, DE 10 DE JULHO DE 2019</u></b> Define as rotas emergenciais e respectivas vias abrangidas pelo Plano Emergencial de Calçadas – PEC, instituído pela <a href="#">Lei nº 14.675, de 23 de janeiro de 2018</a>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: [http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home\\_1\\_0.aspx](http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx)

#### **Equipe Responsável pelo Boletim:**

Maria Isa de Aquino Sousa  
[mariaisa@sp.gov.br](mailto:mariaisa@sp.gov.br)

Marcelo Conti  
[mconti@sp.gov.br](mailto:mconti@sp.gov.br)

Mauro Sérgio Nascimento da Silva  
[maurosilva@sp.gov.br](mailto:maurosilva@sp.gov.br)

Silvio Tadeu Brígido  
[sbrigido@sp.gov.br](mailto:sbrigido@sp.gov.br)

Edson Prates  
[eprates@sp.gov.br](mailto:eprates@sp.gov.br)

#### **Secretaria de Governo do Estado de São Paulo**

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

[ccivil@sp.gov.br](mailto:ccivil@sp.gov.br)

Biblioteca

#### **Cancelamento:**

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para [ccivil@sp.gov.br](mailto:ccivil@sp.gov.br) ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107

